

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.745.976 - SP (2018/0135892-2)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : RISOLETA PETTO VARVELLO
AGRAVADO : OFELIA ENRIQUEZ EXPOSITO
AGRAVADO : MARIA BEATRIZ RODRIGUES BRICENO D AVILA
AGRAVADO : NEIDE DE LIMA LOUZA
AGRAVADO : AURELINA SILVA GERMANO
AGRAVADO : ROSA TAVARES HORTAS
AGRAVADO : NORMA REGINA REUPKE FERRAZ
ADVOGADOS : ANIS SLEIMAN - SP018454
VLADIMIR CONFORTI SLEIMAN - SP139741
LUCIANA CONFORTI SLEIMAN - SP121737
CARINA CONFORTI SLEIMAN - SP244799

DECISÃO

Trata-se de Agravo Interno interposto contra a decisão de fls. 538-546, e-STJ, que deu provimento ao Recurso Especial.

Irresignada, a parte agravante refuta o embasamento da decisão, alegando:

Nobre Julgador, data máxima vênia, o deslinde posto em análise na presente demanda diz respeito à possibilidade de se aplicar às pensões concedidas ante das Lei n. 8.213/91 as disposições mais benéficas por ela introduzidas.

A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.

Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial – RMI – da pensão seria de 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.

Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1991, seu art. 75 conferiu novos critérios para o cálculo da renda mensal. A RMI passou, então, a ser constituída de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do

salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sobre o que fosse mais vantajoso.

(...)

A Terceira Seção do STJ, no julgamento dos Embargos de Divergência no REsp 665.909/SP, relatados pela Desembargadora Convocada Jane Silva. No referido caso, a Terceira Seção, por maioria, acompanhou a Relatora, que acolheu o princípio do *tempus regit actum*, seguindo o entendimento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, relatados pelo Ministro Gilmar Mendes. Assim, prevaleceu a tese de que, se o direito ao benefício foi adquirido anteriormente à edição da nova lei, o seu cálculo deverá se efetuar de acordo com a legislação vigente à época em que preenchidos os requisitos a ele necessários.

Segundo a Suprema Corte, a Lei nº 9.032/95 somente poderá ser aplicada aos novos beneficiários que, por uma questão de imposição constitucional da necessidade de prévia fonte de custeio, fizerem jus a critérios diferenciados na concessão do benefício. A propósito, trago à colação o voto da Corte Constitucional que orientou o posicionamento da Terceira Seção:

(...)

Ocorre que a questão foi posta ao exame do Plenário do Supremo Tribunal Federal que, reconhecendo a repercussão geral da matéria, apreciou e julgou o RE 415.454/SC, pacificando o entendimento no sentido da inaplicabilidade da majoração, prevista na Lei 9.032/95.

Portanto, cumpre consignar que tendo a matéria tratada nos autos já sido objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se a sua natureza constitucional, devendo ser afastada a aplicação da Súmula 343/STF (RE 328812/AM).

(...)

Como se pode ver, necessário que o pedido formulado nesta ação rescisória para desconstituir o acórdão proferido pelo E. TRF3 que entendeu reconhecer a inaplicabilidade das alterações introduzidas pelo art. 75 da Lei n. 8.213/91 aos benefícios recebidos pelas rés, por se tratar de benefícios concedidos antes de sua criação (fls. 552-556, e-STJ).

Pugna pela reconsideração do *decisum* agravado a fim de conhecer e dar provimento ao Agravo Interno ou à apreciação, pelo colegiado, do presente recurso.

Impugnação às fls. 559-561, e-STJ.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 1º de outubro de 2019.

Diante da argumentação trazida pelo agravante, reconsidero o *decisum* vergastado, acolhendo as razões recursais.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, **dou provimento ao Agravo Interno**, reconsiderando a decisão agravada, para torná-la sem efeito, e, ato contínuo, determino o retorno dos presentes autos ao Gabinete para posterior inclusão em pauta de julgamento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro HERMAN BENJAMIN

Relator